

90

ARTIGO

PRODUÇÃO DE
CONHECIMENTO
E PRESERVAÇÃO
EM DEBATE:
ASPECTOS DA
ARQUEOLOGIA NA
CIDADE DE MANAUS

Helena P. Lima¹ e Bruno Moraes²
lenalima@hotmail.com
bmomoraes@hotmail.com

¹ Museu Amazônico - Universidade Federal do Amazonas
Rua Ramos Ferreira, 1.036, Centro - Manaus, AM - CEP 69010-120

²PPG - GEOG - Universidade Federal do Amazonas

ABSTRACT

Amazonian archeology, particularly in the city of Manaus, has always impressed our Western eyes. Characterized by the aesthetic appreciation of its remains, and the size and density of the archaeological sites, the area stands in the national archaeological context. However, the accelerated economic growth, coupled with massive urban sprawl that the city has suffered in recent decades has caused irreversible damage to the archeological heritage. This article aims to raise into discussion the concern about the archaeological sites in the urban area of Manaus, seeking to reflect on the possibilities to reverse this regrettable situation. Illustratively, two situations that occurred in the recent history of the city which reflect how the archeology and archeological heritage of Manaus have been addressed, will be presented.

KEY WORDS: Amazonian archaeology, archaeological preservation, Manaus

RESUMO

A arqueologia amazônica, e em especial da cidade de Manaus, sempre impressionou nossos olhos ocidentais. Marcada pelo apreço estético de seus vestígios e pelo tamanho e densidade dos sítios arqueológicos, destaca-se no contexto arqueológico nacional. No entanto, o acelerado crescimento econômico, aliado à enorme expansão urbana que a cidade tem sofrido nas últimas décadas tem causado danos irreversíveis ao patrimônio arqueológico local. O presente artigo tem como objetivo colocar em discussão a situação preocupante em que se encontram os sítios arqueológicos na área urbana de Manaus/AM, buscando refletir sobre as possibilidades de reversão deste quadro. De forma ilustrativa, serão apresentadas duas situações ocorridas na história recente da cidade, que refletem o modo como a arqueologia e o patrimônio arqueológico de Manaus têm sido abordados.

PALAVRAS-CHAVE: arqueologia amazônica, preservação arqueológica, Manaus

INTRODUÇÃO

A região amazônica, e particularmente a cidade de Manaus – situada às margens da confluência de dois dos maiores rios do mundo, o Negro e o Solimões – tem uma longa história de ocupação humana, que remonta a milhares de anos. Os sítios arqueológicos, através dos quais contamos esta rica história, são abundantes. O alto potencial arqueológico da região é comprovado pelas dezenas de sítios ali presentes, principalmente na zona rural do município (Hilbert, 1968; Simões, 1974; Costa e Lima, 2006).

Em contexto plenamente urbano são conhecidos vinte e quatro sítios, em diferentes graus de preservação. No entanto, os sítios arqueológicos já conhecidos e cadastrados não refletem, amostralmente, a realidade. Eles representam uma pequena parcela dos sítios que efetivamente estão – ou estiveram – sob a cidade, muitas vezes já destruídos pelo ritmo desenfreado do crescimento urbano desordenado e de uma velha fórmula do desenvolvimento econômico não-sustentável.

Notável, também, é a própria história da cidade e, ainda mais, a forma como esta mesma história é percebida por grande parte de seus habitantes. Plenamente arraigado no discurso Manauara é a idéia de que a história da cidade foi construída por meio de “ciclos” de crescimento, eminentemente econômicos. Estes ciclos seriam tempos de intensa prosperidade econômica, mormente de curta duração, que terminariam em períodos de severa estagnação econômica. Assim é visto o final do séc. XIX e início do séc. XX, conhecido como “ciclo da borracha” ou “belle époque”, momento em que Manaus se viu embebida pelo intenso fluxo financeiro gerado pela comercialização do látex da seringueira, até então exclusivo da região. O mesmo se vê em relação ao estabelecimento da Zona Franca de Manaus, por meio de decreto federal, na década de 1970. A infusão de capitais de origem indus-

trial provoca um enorme inchaço urbano na cidade. Na década de 1960, por exemplo, a cidade não possuía mais do que duzentos mil habitantes. Cinquenta anos depois, mais de um milhão e setecentas mil pessoas residem neste mesmo espaço (IBGE, SIDRA).

A idéia dos ciclos traz a noção de uma história fragmentada, ou mesmo fragmentária, atribuindo uma hierarquização de valores entre o crescimento e a recessão, tendo por base, sempre, os índices econômicos. Somado a isto, os ciclos são sempre vistos como novos (re)começos, soterrando aqueles anos inglorios de estagnação econômica. Com isso, levado às últimas conseqüências, desvincula-se o passado como fator construtivo e integrante do presente. Neste contexto de uma história em ciclos, aliado à rejeição popular a um passado indígena, a destruição dos sítios arqueológicos – pré-históricos e mesmo históricos – se encerra dentro desta perspectiva. Nos últimos cinco anos Manaus tem vivenciado um momento de grande expansão urbana, onde cada vez mais obras de grande tamanho e importância tomam conta do cenário. Muitas destas obras são feitas sem os levantamentos arqueológicos previstos pela legislação vigente no país, resultando em intensos danos ao patrimônio arqueológico e histórico, muitas vezes não-identificado e desconhecido.

Esta é uma realidade comum no contexto do crescimento urbano de Manaus. A frequência com que se têm notícias de novos sítios sendo encontrados – e destruídos – é assustadora. Isto reitera o alto potencial arqueológico do município, ao passo em que demonstra uma baixa eficiência dos atuais mecanismos e políticas de preservação.

Outro fator que contribui para o quadro geral do desenvolvimento da arqueologia em Manaus é a falta de arqueólogos institucionalizados em universidades, como ocorre em outras partes do Brasil de forma bastante crescente. É certo que algumas

iniciativas recentes vêm aos poucos mudando este quadro, dando um novo vigor para as pesquisas na região. Exemplos disso são a abertura de um curso superior de tecnologia em arqueologia e o auxílio das instituições de fomento a pesquisa locais a estudos arqueológicos, agregando não somente levantamentos em localidades praticamente desconhecidas arqueologicamente mas também contextualizando a relação dos comunitários com os sítios arqueológicos que habitam, dentro do Estado do Amazonas. Estas iniciativas se dão, de forma direta ou indireta, em parceria com o Projeto Amazônia Central (PAC), vinculado ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP). Este projeto se faz presente e atuante academicamente há quinze anos na região de confluência entre os rios Solimões e Negro. Entretanto, ainda que estas ações contribuam para a crescente atuação de arqueólogos no Estado do Amazonas, sem uma presença significativa – garantida apenas através do ingresso destes profissionais em âmbito público, seja em instituições de ensino e pesquisa ou em órgãos de fiscalização e gerenciamento – não há como ter garantias de continuidade em pesquisa e produção de conhecimento em longo prazo.

De uma forma bastante ilustrativa, descreveremos duas situações ocorridas na história recente de Manaus, que refletem o modo como a arqueologia e o patrimônio arqueológico de Manaus têm sido abordados pelo Poder Público e pela sociedade civil em geral. Referimo-nos aos trabalhos de resgate arqueológico realizados nos sítios Nova Cidade e Lajes, que têm em comum as suas grandes dimensões e relevância científica, e o fato de terem sido quase inteiramente destruídos.

O sítio Nova Cidade (AM-MA-38), localizado na periferia da área urbanizada de Manaus, foi identificado em 2000, por ocasião da construção de moradias em

um conjunto habitacional – obra gerenciada pela Superintendência de Habitação e Assuntos Fundiários do Estado do Amazonas (SUHAB). Os trabalhos ligados ao resgate arqueológico ocorreram em 2001 e em 2004, por uma equipe composta por arqueólogos integrantes do PAC. Desde então, nenhuma ação concreta visando à recuperação da área foi efetivada, a despeito das orientações dadas nos relatórios (Neves e Costa 2001, Neves et al. 2004). Hoje, o local encontra-se exposto ao abandono, violência e à degradação.

O caso do sítio Lajes é de fato emblemático. Conhecido desde a década de 70 (Simões e Araújo-Costa, 1978) e identificado sob a insígnia AM-MA-01 – o primeiro sítio arqueológico cadastrado na cidade de Manaus –, sua existência não era ignorada na ocasião da implantação das obras do Programa de Ampliação do Abastecimento de Água de Manaus (PROAMA), em 2009, nem por parte dos executores nem por parte dos gestores. O sítio foi visitado em 2006 por uma equipe de arqueólogos contratados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) durante o Projeto Levantamento Arqueológico no Município de Manaus (LAMA) (Costa & Lima, 2006). Além disso, a presença do sítio arqueológico foi mencionada nos estudos ligados ao licenciamento da área (Lira, 2009).

O objetivo dos autores com a publicação deste artigo é justamente colocar em discussão a situação em que se encontra o patrimônio arqueológico da cidade de Manaus, buscando refletir sobre as possibilidades de melhoria deste quadro.

ASPECTOS HISTÓRICOS DAS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS EM MANAUS

Em Manaus, as primeiras notícias relativas a indícios arqueológicos datam do século XIX, período em que vasos e urnas fu-

nerárias encontravam-se expostos na área onde atualmente se localiza o centro histórico (Marcoy, [1848-1860] 2001). As pesquisas arqueológicas propriamente ditas somente têm início no município de Manaus entre as décadas de 1950 e 1960, quando o arqueólogo alemão Peter Paul Hilbert desenvolveu estudos na Amazônia Central. Hilbert registrou alguns sítios arqueológicos na área central e nos arredores da cidade de Manaus, onde atualmente se encontram o centro histórico, a refinaria petrolífera de Manaus (REMAN) e o Aeroporto da Ponta Pelada. Esses locais receberam as nomenclaturas de sítio Manaus, Refinaria, Base Naval e Paredão. Este pesquisador se tornou um importante nome da arqueologia amazônica, uma vez que seus trabalhos o auxiliaram a estabelecer uma primeira – e pioneira – cronologia da ocupação pré-colonial da cidade de Manaus e da Amazônia central, definindo e nomeando os principais conjuntos artefatuais encontrados na região (Hilbert, 1968).

Posteriormente, entre 1970 e 1983, o arqueólogo brasileiro Mário Simões identificou e registrou mais de duas dezenas de sítios na área rural e periférica da capital do Estado do Amazonas. Além da parceria com o PRONA-PABA (Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica na Bacia Amazônica), criado em 1977, uma característica dos trabalhos de Mario Simões está na sua proximidade com dois dos maiores nomes da pesquisa arqueológica na Amazônia, Betty Meggers e Clifford Evans. De fato, em todas as suas asserções na Amazônia central, tanto Hilbert como Simões foram orientados pelo casal norte-americano Meggers e Evans, precursores da arqueologia amazônica e brasileira em um âmbito geral (Meggers e Evans 1961, 1983).

Mário Simões foi o responsável, também, pela organização e padronização das nomenclaturas do acervo de sítios e fases arqueológicas no Brasil, através do ‘Índice das Fases

Brasileiras’ (Simões, 1972) e também pelo cadastro de inúmeros sítios na Amazônia brasileira, utilizando um sistema padronizado de siglas, posteriormente empregado no Sistema Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) (Simões & Araújo-Costa, 1978).

A região voltou a ser sistematicamente pesquisada somente a partir de 1995, através de uma equipe de pesquisadores e estudantes do ‘Projeto Amazônia Central’ (PAC), vinculado ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP). Este projeto vem atuando na área de confluência dos rios Negro e Solimões, em especial nos municípios de Iranduba, Manaus e Manacapuru, com o intuito de mapear e estudar os sítios arqueológicos ali presentes. Desde o seu início até os dias de hoje, mais de uma centena de sítios foi identificada, sendo alguns deles intensivamente escavados e pesquisados, inclusive com grande quantidade de datações radiocarbônicas, o que permitiu o estabelecimento de uma cronologia segura para a ocupação pré-colonial da área (Neves, 2008a, 2008b; Lima, 2008).

Alguns membros da equipe de arqueólogos ligados ao PAC – um projeto essencialmente acadêmico – desenvolveram, ainda, uma série de pesquisas dentro da própria cidade de Manaus em conjunto com outros pesquisadores. É o caso do Projeto ARQUEOURBS – Arqueologia Urbana no Centro Histórico de Manaus, realizado em 2002, que possuía como objetivo localizar os vestígios da Fortaleza de São José do Rio Negro, de outras construções históricas e das ocupações pré-coloniais. Como resultados, foram identificados e descritos os complexos arqueológicos e históricos da área (Zanettini, 2002).

No início dos anos 2000, arqueólogos do próprio Amazonas realizaram trabalhos na área central da cidade, no local onde hoje se localiza a Matriz, recolhendo enormes quantidades de vestígios das ocupações indígenas e coloniais da cidade (Souza, 2002). E, em mea-

dos de 2005 e início de 2004, a Prefeitura de Manaus promoveu uma intervenção na mesma área central da cidade, na Praça D. Pedro II, que resultou na coleta de centenas vestígios arqueológicos e no salvamento de quatro urnas funerárias, ligadas à fase Paredão (Neves, 2005; Martiniano e Filippini 2006:7). Os materiais coletados nessas iniciativas encontram-se, atualmente, divididos entre os laboratórios de arqueologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e do Governo do Estado do Amazonas. Vale lembrar que não existe, até o presente momento, nenhuma reserva técnica apropriada para a guarda de materiais arqueológicos na cidade.

Finalmente, no ano de 2006, o IPHAN promoveu um importante estudo sobre o patrimônio arqueológico da região, através do já citado Levantamento Arqueológico no Município de Manaus (LAMA) (Costa e Lima, 2006), que teve o intuito de catalogar os sítios presentes no município. Além disso, objetivou-se naquele momento levantar informações sobre a localização, estado de conservação e relevância de sítios e coleções arqueológicas para possibilitar o desenvolvimento de um plano de ação efetivo para a preservação do patrimônio.

ELEMENTOS CONTEXTUAIS DA HISTÓRIA PRÉ-COLONIAL DE MANAUS: DURAÇÃO E DIVERSIDADE

A partir dos dados angariados ao longo de quinze anos de pesquisas arqueológicas sistemáticas ligadas ao PAC na região – que agregam um enorme volume de informações acerca dos sítios na área da Amazônia Central – é possível, hoje, inferir alguns elementos relevantes sobre a cronologia e processos de ocupação da área e certos padrões de assentamento (Neves, 2008a, 2008b, Arroyo-Kalin et al., 2009; Rebelatto et al., 2009).

Existem, aparentemente, duas características ambientais bastante indicativas da

presença de sítios arqueológicos, e que remetem a dois contextos bastante diferenciados. Trata-se das áreas de ocorrência dos sítios pré-cerâmicos, por um lado, e dos locais onde comumente ocorrem os sítios ligados às ocupações ceramistas.

No primeiro contexto, pesquisas voltadas ao entendimento da configuração dos sítios arqueológicos localizados em areais, tanto no município de Iranduba como Manaus, apontaram para algumas características em comum: proximidade com igarapés de água preta, a cobertura vegetal dominante composta por campinaranas, a ocorrência de afloramentos de arenito-silicificado da formação Alter do Chão e, primordialmente, a presença de material lítico lascado (Costa 2009: 42). Sítios como estes têm grande relevância para a construção da pré-história da Amazônia central, em especial em períodos bastante remotos, outrora não conhecidos. Exemplo disso é o sítio Dona Stella, localizado em Iranduba, que demonstrou uma seqüência cronológica datando de até 9000 anos antes do presente, até aproximadamente 3000AP (Costa, 2009; Neves, 2008b). Em Manaus, sítios semelhantes são o Marina Rio Belo, Areal do Itapuranga I e II, identificados por ocasião de contratos de arqueologia consultiva.

A segunda característica ambiental relacionada à presença de sítios arqueológicos é bastante conhecida dentre os estudiosos da arqueologia amazônica e também junto ao senso comum local, e reside no fato de que os sítios cerâmicos na Amazônia estão comumente associados às áreas de ocorrência das chamadas Terras Pretas de Índio (TPIs). As terras pretas são neossolos antropogênicos bastante ricos em matéria orgânica e destacam-se pela coloração escura e pela alta fertilidade (Petersen et al., 2001; Arroyo-Kalin et al., 2009; Relelatto et al., 2009), bem como por sua implantação nos topos dos terraços fluviais (Denevan, 1996). Estes locais – sítios arqueológicos por excelên-

cia – são normalmente habitados até o presente, seja em contextos urbanos, áreas agricultadas ou por comunidades ribeirinhas. Desta forma, e diferentemente do restante do Brasil, os vestígios arqueológicos tornam-se elementos ativos no cotidiano das pessoas, sendo constantemente interpretados e re-significados de diferentes maneiras pela população Amazônica (Carneiro et al., 2008; Lima, 2008).

A este tipo de sítio estão ligadas as ocupações por grupos produtores de cerâmica na região, que remontam a uma história iniciada há aproximadamente dois mil anos atrás, estendendo-se até o período do contato, em 1500. A partir de um refinamento da cronologia inicialmente proposta por Hilbert (1968), foram estabelecidos quatro conjuntos que reúnem elementos tecnológicos e contextuais destes sítios. Os três primeiros, interpretados enquanto um continuum ligado à Tradição Borda Incisa, englobam as fases Açutuba, Manacapuru e Paredão. O último conjunto, representante de uma aparente ruptura da história pré-colonial local, é representado pela fase Guarita da Tradição Polícroma da Amazônia (Lima, 2008; Neves, 2008a; Rebellato et al., 2009).

A ocupação mais antiga é relacionada à fase Açutuba, observada em pacotes culturais pouco espessos com densidades diferenciadas de vestígios, datados entre 300AC a 350DC e depositados em matrizes de solo pouco modificadas pela ação humana – o início de um processo que levaria à formação das terras pretas na região (Lima et al., 2006). Na seqüência cronológica da região encontram-se os materiais ligados à fase Manacapuru. Sua relação com a terra preta é clara, ou seja, há evidentes alterações humanas no meio, num período que tem início nos primeiros séculos da Era Cristã e se estendeu até aproximadamente os séculos VII-VIII (Lima 2008, Portocarrero, 2007). No caso dessas ocupações

mais antigas e normalmente mais profundas, as inferências sobre padrões do uso do espaço se tornam mais complicadas. E neste sentido, os materiais relacionados à fase Paredão oferecem maiores possibilidades interpretativas, sendo estes os mais representativos nos sítios da cidade como um todo, e relacionados diretamente com feições paisagísticas mais marcantes, como as próprias terras pretas e a construção de montículos artificiais (Donatti, 2003; Machado, 2005; Moraes, 2007).

Atualmente, os montículos já não são perceptíveis nos sítios situados na zona urbana em função do elevado grau de impacto que estes se encontram. No entanto, sabe-se que outrora eles existiram. O sítio Paredão, por exemplo, que foi pesquisado por Hilbert nos anos 60, teve três sondagens escavadas, sendo uma delas sobre montículo, embora não se reconhecesse tais estruturas na época (fig. 1) (Hilbert, 1968; K. Hilbert, 2007, comunicação pessoal). Em uma posterior análise de seus dados e materiais, foi possível identificar, a partir de inversões na seqüência estratigráfica e da profundidade anômala da terra preta, tratar-se, de fato, de uma sondagem escavada sobre um montículo (Lima, 2008: 380-381).

A fase Paredão tem datações absolutas entre os séculos VII e XII d.C., e se distribui pela região de Manaus e da área de confluência dos rios Solimões e Negro. Seus materiais apresen-

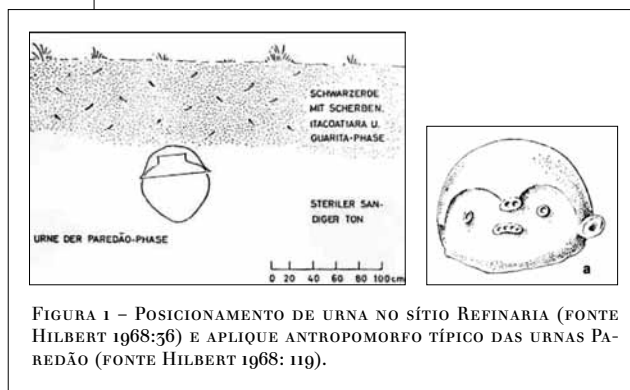


FIGURA 1 – POSICIONAMENTO DE URNA NO SÍTIO REFINARIA (FONTE HILBERT 1968:36) E APLIQUE ANTROPOMORFO TÍPICO DAS URNAS PAREDÃO (FONTE HILBERT 1968: 119).

tam forma e decoração peculiares. As formas mais comuns são os vasos com alça, cuias e grandes urnas funerárias com apliques antropomorfos, muito comuns em sítios arqueológicos espalhados pela cidade.

A ocupação mais recente da região – a última ocupação antes do contato – está relacionada à fase Guarita, e à presença de terra preta, datada entre 950 e 1450DC (Hilbert, 1968; Neves, 2008a; 2008b; Rebelatto et al., 2009). Parece caracterizar um evento passageiro e, portanto, posterior à construção dos montículos e a um possível pico demográfico (Neves, 2009).

Pretendemos focar as discussões nos contextos ligados às ocupações Paredão, a partir de duas questões principais. A primeira delas diz respeito a um acervo extremamente grande de urnas funerárias presente nos sítios da cidade de Manaus. O que chama atenção é o fato de que estas urnas funerárias associadas à ocupação Paredão são mais comumente encontradas em sítios identificados dentro da cidade, e não fora dela, apesar dos inúmeros levantamentos feitos em diversos locais. A quantidade de sítios arqueológicos com grandes urnas funerárias aflorando em superfície, por vezes com mais de um metro de altura e mais de um metro de largura, é muito grande. São exemplos os sítios Paredão, Refinaria, Base Naval, Nova Cidade, Lajes, Manaus, UDV, Antonio Medeiros, entre outros (Hilbert, 1968; Simões e Araújo-Costa, 1978; Neves e Costa, 2001; Neves et al. 2004; Silva, 2000a, 200b, 2001). São as famosas “urnas Paredão”, que aparecem às dezenas nestes sítios. Com sua morfologia peculiar e contexto onde se destacam as impressões circulares no solo, estes sítios são usualmente chamados de cemitérios in-



FIGURA 2 – URNAS AS FUNERÁRIAS AFLORANDO NAS PROXIMIDADES DO ATUAL CENTRO HISTÓRICO DE MANAUS, REPRESENTADAS POR PAUL MARCOY EM 1869 (FONTE: MARCOY P. 2001:165).

dígenas, justamente por abrigarem uma grande quantidade de recipientes funerários, como mostra a fig. 2.

Muito já se discutiu sobre a ocorrência deste tipo de vestígios na cidade de Manaus, que realmente faz-se admirar e se sobrepõe às demais localidades na Amazônia. O município de Iranduba, por exemplo, vem sendo sistematicamente pesquisado desde 1995, contando com um acervo de mais de cem sítios arqueológicos cadastrados, e até o presente momento não mostrou densidade de sítios com cemitérios indígenas Paredão. Na verdade, até hoje, apenas um local em Iranduba mostrou a ocorrência de urnas funerárias relacionadas a este período (Lima, 2008). No entanto, ao invés de relacionarmos este fato a uma diferença em padrões ocupacionais antigos, devemos voltar nossos olhares para outros horizontes: o grau de degradação dos sítios arqueológicos nos dois locais e de antropização das duas áreas.

Mais do que uma questão voltada à compreensão da dispersão dos vestígios na Amazônia, pensamos tratar-se de uma questão conjuntural. Comumente, o que ocorre é que estas urnas – os cemitérios – aparecem em sítios multi-componenciais e enterradas sob espessa camada arqueológica, composta pelas terras pretas, tal como aponta a fig. 2. Em

Manaus, estes sítios já se encontram com tão elevado grau de destruição que, na maioria dos casos, a camada arqueológica – de terra preta – já não existe mais. Desta forma, estes recipientes passam a aflorar, quando originalmente se encontravam enterradas metros abaixo da antiga superfície do terreno. Manaus apresenta inúmeros exemplos, tanto em áreas de urbanização recente, como o Bairro Nova Cidade, que revelou um sítio com centenas de urnas, quanto em áreas antigas e centrais da cidade.

Já em locais com um grau menos elevado de ação antrópica atual vinculada à expansão da economia local, os sítios apresentam maior grau de preservação, ou seja, a camada de terra preta ainda existe. Desta feita, mesmo com pesquisas de longa data em locais como Iranduba, a amostragem com a qual os sítios são estudados ainda é pequena, limitada a poucos metros quadrados por sítio, dificultando a identificação deste tipo de vestígio. Assim, esta situação – o elevado estágio de degradação dos sítios em Manaus versus a pequena amostragem em sítios intactos – leva a uma falsa percepção de um padrão arqueológico, podendo conduzir a interpretações equivocadas acerca da pré-história local.

O elevado potencial arqueológico do município de Manaus é visto através do histórico das pesquisas ali empreendidas e da imensa quantidade de sítios arqueológicos encontrados, e também pode ser percebido em sua história recente, na qual a cada nova obra realizada novos sítios arqueológicos são desvendados – e, em muitos casos, destruídos. Ademais, o elevado grau de destruição dos sítios arqueológicos em áreas urbanas, associado a uma explosão demográfica e a um crescimento urbano desordenado, dificulta o conhecimento a respeito das sociedades pretéritas na região, oferecendo ainda mais dificuldades aos estudos arqueológicos na área, já carente de pesquisas.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, EXPANSÃO URBANA E PRESERVAÇÃO ARQUEOLÓGICA

A região Norte do país é reconhecida por seus atrativos naturais – já que abriga a maior porção da Amazônia legal – e também pela falta de infra-estrutura concernente aos serviços básicos, como saneamento, oferta energética de bases renováveis e transporte (IBGE, SIDRA). Nos últimos anos, no entanto, um maior fluxo de capital no Estado do Amazonas, provindos principalmente do Pólo Industrial de Manaus e de programas advindos do Governo Federal, tem sido aplicado nestes setores com a intenção de sanar tais deficiências. Diversas iniciativas privadas têm também sido conduzidas na região, principalmente pela Petrobrás, bastante interessada nas reservas de gás e petróleo sob a região amazônica.

Em decorrência da expectativa gerada pela próxima copa do mundo de futebol de 2014 – da qual Manaus será uma das sedes – a quantidade de canteiros de obras dispostos pela capital amazonense aumentaram de forma sensível no último ano. Obras viárias, construções de conjuntos habitacionais e pequenas reformas urbanas tomam conta da cidade, ampliando ainda mais a malha urbana manauara, principalmente em direção a norte e leste da cidade, onde a ocupação se dá de forma menos densa. O mercado da construção civil encontra-se em acentuado crescimento, cada vez mais aquecido pela imensa quantidade de obras demandadas.

É neste contexto em que o embate entre o desenvolvimento econômico e a preservação dos sítios arqueológicos se insere. É de conhecimento da comunidade arqueológica a existência de uma legislação especificamente voltada a este patrimônio arqueológico. As iniciativas formais de preservação do patrimônio arqueológico, pré-histórico e histórico, têm origem legal no Brasil com o decreto-lei 25, de 1937, que

já previa a proteção, via tombamento, de sítios arqueológicos que fossem considerados de alto valor patrimonial. No entanto, o tombamento não se constitui como um instrumento adequado de proteção a sítios arqueológicos, pelo fato de que uma vez que o sítio é tombado, as alterações no local, inclusive escavações, são proibidas ou severamente restritas (Penin, 2010: 111-112). Em função disto, criou-se a lei n.º 3924, de 26 de julho de 1961, com o objetivo de permitir a preservação dos sítios arqueológicos sem impedir a realização de estudos através de escavações. A lei determina que todos os tipos de vestígios arqueológicos (lítico, cerâmico, faunístico, etc.), que representem testemunhos de culturas passadas, são considerados patrimônio, ficando os monumentos arqueológicos ou pré-históricos existentes no território nacional sob a guarda e proteção do Poder Público. Além disso, considera como sítios arqueológicos os locais com vestígios de ocupações paleoameríndias, tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha que apresentem tais vestígios; e locais como cemitérios, sepulturas ou aldeamentos, nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico; as inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios (Art. 2º, I).

A avaliação ambiental foi introduzida no Brasil com a Lei 6.938, de 31/09/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e que criou o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com o objetivo específico de estabelecer critérios e condutas para o licenciamento de atividades impactantes, impondo a realização de estudos ambientais prévios. A presença de arqueólogos nos trabalhos de avaliação ambiental passou a ser exigida a partir de Resolução no 001 do CONAMA, de 23/02/86, que estabelece que os sítios arqueol

ógicos devam passar por avaliação e posterior indicação de medidas mitigadoras e/ou compensatórias dos impactos negativos sobre o patrimônio (Art. 6º, I, c).

A constituição de 1988 reforçou esta postura quando estabeleceu a igualdade entre os cidadãos e o direito de cada um ao questionamento judicial para embargar qualquer ação, de pessoa física ou jurídica, que coloque em risco a integridade do patrimônio material - histórico e arqueológico - de sociedades pretéritas (Art. 216, V). Além disso, a constituição federal de 1988 (Art. 20, X) acaba por suplantam a lei 3.924/61 ao transferir a titularidade dos sítios arqueológicos para a União (Penin, 2010: 98).

Estas leis voltadas ao patrimônio arqueológico são ainda mais rigorosamente aplicadas àqueles projetos realizados no âmbito de proteção e resgate dos sítios arqueológicos. Como visto, a legislação brasileira é bastante estrita no que se refere à sua salvaguarda, e prevê que todo e qualquer tipo de intervenção sobre o patrimônio deve se realizar mediante autorização prévia do órgão responsável, o IPHAN.

No entanto, o desenvolvimento e o rápido - e deveras desordenado - crescimento urbano que a cidade de Manaus vivencia tem causado a ameaça e mesmo a destruição do patrimônio arqueológico do município. Cabe aqui ressaltar que a maioria das obras que efetivamente acarretam danos ao patrimônio arqueológico é levada a cabo pelo próprio governo estadual. Estas obras geralmente possuem um forte apelo social (e popular, evidentemente), como estradas para interligação de cidades no interior, construção de conjuntos habitacionais e infraestrutura de serviços básicos, como água e esgoto. Este fator é usado, correntemente, como justificativa para a falta de cumprimento dos parâmetros legais na execução dos trabalhos. Além disso, o órgão de fiscalização ambiental do Estado do Amazonas - Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) - ainda não

contempla integralmente os aspectos arqueológicos para a emissão de licenças.

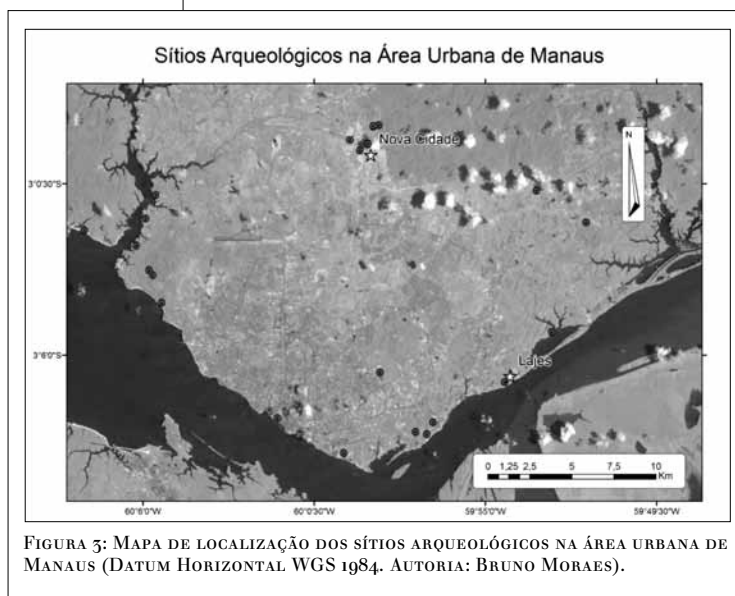
Soma-se a este quadro a dificuldade da Superintendência Estadual do IPHAN ao lidar com a fiscalização destas obras e com as inúmeras denúncias protocoladas no órgão e a ausência de arqueólogos ligados a outros órgãos públicos, sejam eles de controle, fiscalização ou acadêmicos, a exemplo do que acontece largamente em todo o território nacional, aprofunda ainda mais as mazelas sofridas pelo patrimônio arqueológico do Estado. Apesar de haver um movimento crescente de pesquisas arqueológicas desenvolvidas no Estado, não existe garantia de continuidade das mesmas até que arqueólogos adentrem as instituições de ensino e pesquisa, e ganhem seu espaço nas mais diversas instâncias estaduais. As instituições que abrigam estas iniciativas, por certo, possuem arqueólogos atuantes. No entanto, sua institucionalização ainda não se deu de forma efetiva, por meio de concursos públicos que assegurem sua permanência, sem as flutuações políticas as quais os cargos de confiança estão sujeitos. Há, atualmente, apenas um arqueólogo devidamente institucionalizado em todo o Estado do Amazonas, vinculado à Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (AMAZONASTUR), que tem status de secretaria de Estado.

Desta forma, sem arqueólogos efetivos e permanentes nas instituições de ensino e pesquisa do Estado, seja na esfera estadual ou federal, as perspectivas de estudos acadêmicos do patrimônio arqueológico local são dirimidas em detrimento daqueles desenvolvidos por meio de consultorias – quando estas são julgadas necessárias.

Desta forma, sem arqueólogos efetivos e permanentes nas instituições de ensino e pesquisa do Estado, seja na esfera estadual ou federal, as perspectivas de estudos acadêmicos do patrimônio arqueológico local são dirimidas em detrimento daqueles desenvolvidos por meio de consultorias – quando estas são julgadas necessárias.

DOIS CASOS EMBLEMÁTICOS: OS SÍTIOS NOVA CIDADE E LAJES

Serão apresentados, a seguir, dois exemplos da forma pela qual o patrimônio arqueológico vem sendo abordado. Ambos os casos, os sítios Nova Cidade e Lajes (fig. 3), foram severamente impactados por obras levadas a cabo pelo Governo do Estado do Amazonas. Devido à denúncias, estes sítios foram alvos de estudos arqueológicos e salvamentos emergenciais, posteriores aos impactos sofridos pelas atividades de suas implantações.



O SÍTIO NOVA CIDADE

O sítio Nova Cidade (AM-MA-38) localiza-se na zona urbana da cidade de Manaus, a cerca de 15 km de distância da margem esquerda do rio Negro (conforme visto na fig. 3). Os trabalhos arqueológicos no local ocorreram em duas etapas, em 2001 e em 2004, por meio do “Programa de Resgate Arqueológico do Sítio Nova Cidade”, que foi solicitado pelo IPHAN e Ministério Público Federal (AM) para avaliação dos danos causados ao sítio arqueológico em função da construção de um conjunto habitacional. As obras eram de responsabilidade da Superintendência de Habitação e

Assuntos Fundiários do Estado do Amazonas (SUHAB-AM), quando os trabalhos de terraplanagem, realizados em 2000 e 2001, ocasionaram a destruição do sítio arqueológico, contribuindo para a perda de muitos dados a ele relativos (Neves e Costa 2001, Neves et al. 2004).

O sítio se caracteriza pela grande quantidade de materiais cerâmicos e líticos expostos na superfície em uma área de aproximadamente 12,7 ha. As ocorrências ocupam um topo aplainado e vertentes suaves, com solo exposto de característica areno-argilosa e cor amarela, uma vez que os pacotes arqueológicos e a matriz sedimentar original, composta pelas terras pretas antrópicas, foram removidos durante as obras de terraplanagem (Neves e Costa 2001, Neves et al. 2004, Lima, 2008).

Durante a etapa de 2001, foram mapeados mais de duzentos recipientes e 238 concentrações cerâmicas. Deste total, 13 recipientes foram exumados. Além dos materiais cerâmicos, foram coletados artefatos líticos lascados, polidos e picoteados. O novo mapeamento, realizado em 2004, indicou quarenta novos recipientes e onze concentrações de fragmentos que as chuvas evidenciaram, sendo que 140 recipientes foram perdidos pela ação erosiva. O acelerado processo erosivo, em decorrência da retirada da vegetação e da camada original do solo, causou a destruição de mais de 70% das concentrações identificadas em 2001, destruídas pela ação das chuvas, já no ano de 2004 (Neves et al., 2004:10). A severa destruição do sítio arqueológico, com a remoção dos níveis de solos antrópicos superficiais eliminou qualquer possibilidade de datação do sítio por 14C. Sendo assim, a idade do sítio só pôde ser estimada por datações relativas através da identificação dos restos cerâmicos identificados (Neves et al., 2004: 58).

Através das análises dos vestígios culturais recolhidos no sítio Nova Cidade, que se deram, inclusive, no âmbito de uma pesqui-

sa de doutorado (Lima, 2008), foi possível inseri-lo dentro dos parâmetros da cronologia regional. Isso em função do conhecimento razoavelmente bem consolidado sobre a seqüência de ocupação da Amazônia central (Lima, 2008; Neves, 2008) e também pelo fato dos materiais apresentarem elementos bastante característicos dos conjuntos já conhecidos na região. Os vestígios coletados apresentaram elementos diagnósticos da fase Paredão, incluindo vasilhas (conhecidas como alguidares) com alças aplicadas e grandes urnas funerárias com gargalo e apliques antropomorfos nos ombros. Além dos recipientes total ou parcialmente recuperados vinculados à fase Paredão, foram identificados também materiais relacionados às fases Manacapuru (Tradição Borda Incisa) e Guarita (Tradição Polícroma da Amazônia). Tal configuração cronológica é bastante comum nos sítios arqueológicos em toda a Amazônia central, que têm uma longa – e por vezes contínua – seqüência de ocupação entre os séculos IV e XIII d. C.

Muitos dos recipientes exumados continham ossos humanos em seu interior, indicando tratar-se também de sítio-cemitério de grandes proporções. Materiais da fase Paredão estão sempre associados a contextos funerários, como ocorre nos sítios Açutuba, Nova Cidade, Puraquequara, Praça D. Pedro II e UDV. Os quatro últimos também se situam na zona urbana de Manaus. Outro ponto que destaca o sítio Nova Cidade é o fato de se tratar de um assentamento de grandes dimensões composto pelas terras pretas antrópicas e localizado num ambiente de terra firme. Esse sítio reitera a necessidade de reavaliar os modelos de ocupação dos diferentes ecossistemas encontrados nas florestas tropicais. Não obstante, um entendimento mais detalhado sobre seu processo de formação e de ocupação já não é mais possível, por encontrar-se completamente destruído. Se, como notado, mais de

metade das concentrações cerâmicas identificadas em 2001 já haviam sido destruídas em 2004, podemos dizer que hoje, quase 10 anos depois das primeiras intervenções, já não resta pouco mais do que nada do então sítio arqueológico (fig. 4).

Na ocasião dos trabalhos de arqueologia, as obras foram interrompidas e o local identificado como sítio arqueológico foi isolado e reservado, mas nada mais foi feito. Com a supressão da cobertura vegetal e a remoção total da camada orgânica, o latossolo exposto vem sofrendo um processo de laterização dando ao local um aspecto desértico quase infernal. As altas taxas de pluviosidade anual características da região têm transformado as ravinas erosivas em grandes voçorocas com dezenas de metros de extensão e profundidade. Este fato acabou por causar outro sério problema ambiental: a intensa movimentação de sedimentos carreados pelas chuvas ocasionou o assoreamento total do curso d'água que margeava o local. Além disso, o problema também se estendeu para a esfera social – o local deixado ao abandono estimulou seu uso para finalidades ilícitas (como o consumo e o tráfico de drogas) e acúmulo de lixo, em uma área que concentra populações carentes. As reclamações são constantes pelos moradores da região. O fato de cercar e proteger o sítio causou um efeito contrário, colocando em questão a própria competência do IPHAN ao lidar com a questão.

O SÍTIO LAJES

Identificado por Mário Ferreira Simões na década de 70, o sítio Lajes foi o primeiro a ser cadastrado no município de Manaus, conforme o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA, nomeado de AM-MA-01. O sítio foi inicialmente identificado como “sítio-habituação com três componentes (fases Pare-dão, Guarita e Itacoatiara)” (Simões e Araújo-Costa, 1978: 76).

Este sítio localiza-se a leste do núcleo urbano mais denso da cidade de Manaus, no topo de um terraço às margens do rio Negro, de frente ao Encontro das Águas. O platô possui baixa inclinação e declividade, resultado de diversos eventos de terraplenagem feitos no local. Boa parte do terreno, onde se estima ter havido outrora uma cobertura do solo de terra preta, agora deixa transparecer o horizonte de coloração amarelada, anterior às modificações intensivas na paisagem que deram origem ao solo antropogênico.

O sítio arqueológico Lajes é assim chamado devido à toponímia do local – Ponta das Lajes –, dada em razão da existência de uma “saliência de rochas silicificadas da Formação Alter do Chão” (Franzetti e Igreja, 2009). Portanto, além de um importante sítio arqueológico, o local possui estruturas do chamado Arenito Manaus, fácies da Formação Alter do Chão, constituindo também importante sítio geológico.



FIGURA 4: RECIPIENTE 10 EXUMADO NA ETAPA DE 2001 (NEVES & COSTA 2001) E VOÇOROCA ATUAL ABERTA NO SÍTIO EM 2010 (FOTO DE HELENA LIMA, TIRADA EM 2010).

Assim como o sítio Nova Cidade, o Lajes se apresenta como um sítio cerâmico com funções habitacionais e funerárias, caracterizado pela grande quantidade de material arqueológico, especialmente pelos recipientes semi-inteiros, espalhados em subsuperfície. Ambos encontram-se destruídos e tiveram a camada arqueológica composta por terra preta retirada.

Os trabalhos neste local também se deram em função de uma demanda do IPHAN e do MPF do Amazonas, ao verificar a destruição do sítio em função das obras para implantação do Programa de Ampliação do Abastecimento de Água de Manaus (PROAMA), gerenciadas pela Secretaria de Infra-Estrutura do Governo do Estado do Amazonas (SEINF-AM). O projeto de Avaliação dos Impactos, Delimitação e Resgate Arqueológico Emergencial no Sítio Lajes (AM-MA-01) tiveram início em agosto de 2009, e ainda se estendem até o presente momento (Lima e Moraes, 2010).

Em 2006 o sítio foi visitado pelos arqueólogos que realizaram o Levantamento Arqueológico no Município de Manaus (Costa e Lima, 2006). Na ocasião, observou-se que o sítio Lajes já estava impactado pela construção de uma olaria na década de 1970. Entretanto, vários recipientes estavam na superfície (fig. 5) e alguns vestígios de terra preta ainda eram perceptíveis. Na ocasião, uma placa indicativa da presença de um sítio arqueológico foi afixada no local – retirada convenientemente pouco antes de o local ser vendido para a realização das obras do PROAMA.

O histórico de impactos ao sítio Lajes remonta aos anos 70 e seguiu pelas décadas seguintes. O sítio sofreu sucessivas levas de impacto, tendo pelo menos três momentos distintos: um primeiro relativo à construção e funcionamento da olaria – atualmente ela própria desativada e parte de um sítio histórico. O segundo forte evento de destruição do sítio foi a construção de uma estrada pavimentada da empresa Alumazon que cortou o

eixo Leste-Oeste do sítio e tendo passado aparentemente sua porção central e mais densa. Essas informações já constavam no relatório produzido pelo LAMA. Finalmente, a despeito das indicações dadas pelo diagnóstico realizado por Lira (2009), já em função do Programa Água para Manaus (PROAMA), o consórcio responsável pela construção das obras realizou a escavação de uma vala, impactando ainda mais o sítio Lajes. Atualmente, avalia-se que a superfície original do sítio arqueológico tenha sido totalmente modificada nessas sucessivas levas de impacto, e que somente 5% de seus vestígios ainda estejam preservados (Lima e Moraes 2010: 99).

Também os sítios arqueológicos encontrados no entorno de Lajes, tais como Siderama e Refinaria (AM-MA-04 e AM-MA-17) têm uma história parecida. Identificados e estudados nos anos 60-70 por Hilbert e Simões, encontram-se hoje sob as estruturas e fundações de grandes empresas tais como a Petrobrás.



FIGURA 5: RECIPIENTES ENCONTRADOS EM 2006 NO SÍTIO LAJES (FOTO DE ACERVO DO LAMA), E VALA CRIADA PELAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DE TUBOS PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA (FOTO DE C. MORAES, TIRADA EM 2009).

Em decorrência da multiplicidade dos danos causados ao sítio arqueológico, e da perspectiva de continuidade das obras, já que o Programa possui um forte apelo social, além do fato de uma quantidade razoável de recursos já terem sido gastos até aquele momento, foi requerido pelo IPHAN uma avaliação de impactos e um resgate emergencial de parte do material ainda restante. Sem quase nenhum vestígio da camada de solo orgânico, a não ser as leiras de sedimento arrastado (onde foram identificados aproximadamente quatro mil fragmentos cerâmicos), as etapas foram concentradas na delimitação do sítio com a realização de sondagens em subsuperfície, nas estimativas de tamanho original a partir da dispersão dos fragmentos e da configuração do terreno, e na retirada dos recipientes cerâmicos que estavam aflorando em superfície.

Dentre os vestígios escavados do sítio, encontram-se cinco recipientes parcialmente intactos, que remetem à ocupação dos produtores das cerâmicas da fase Paredão, Tradição Borda Incisa. Estes recipientes coletados representam a mais valiosa amostra dos vestígios culturais do sítio Lajes, e a melhor possibilidade de compreendê-lo. Aparentemente, o setor do sítio onde foram escavados estes recipientes possuía uma função funerária, a julgar pelas características dos mesmos e por sua localização no estrato subsuperficial, abaixo da camada de terra preta. A própria disposição de deposição dos recipientes – tendo um recipiente de maiores dimensões ao centro e diversos outros ao seu redor – pode aludir também a um contexto funerário, semelhante aos padrões observados no sítio Nova Cidade e em outros. Dos dois recipientes escavados em laboratório até o momento, apenas um apresentou vestígios ósseos, claramente humanos.

Estimamos uma área bastante extensa, de aproximadamente 22.600 m², para o sítio pré-colonial em função do que restou dos vestígios na configuração do registro atual. Após grandes levadas de impactos, não somen-

te produzidos pelo PROAMA, poucas informações sobre tamanho e densidade do sítio – que poderiam nos levar a pensar em determinados usos de espaço e de territorialização – foram passíveis de coletada.

No tocante às datações, as amostras recolhidas nas escavações encontram-se muito próximas à superfície atual do terreno, e com frequência contíguas à materiais inertes descartados pela olaria. Desta forma, a possibilidade de contaminação destas amostras é bastante alta, dificultando sobremaneira uma datação radiocarbônica confiável. No entanto, o conhecimento acumulado da área de pesquisa, aliado a um grande número de datações de materiais semelhantes em outros sítios arqueológicos, nos permitem inferir uma datação relativa um tanto precisa, que remonta aos séculos VII ao XII D.C. (Lima e Moraes, 2010)

É importante ressaltar também que, mais do que um sítio pré-colonial cronologicamente distante, o sítio Lajes também conta parte de uma história econômica presente da cidade de Manaus. As estruturas ainda presentes, da antiga da olaria, também constituem um patrimônio cultural ao serem remanescentes materiais de um período inicial de uma face econômica hoje bastante presente e atuante no Estado: a produção de cerâmica industrial. Portanto, o sítio conta uma história (de longa e curta duração) da cidade e da população que nela habita.

CONCLUSÃO: CIDADANIA E PRESERVAÇÃO ARQUEOLÓGICA EM QUESTÃO

Os dois casos apresentados são exemplos do modo como o patrimônio arqueológico da cidade de Manaus tem sido abordado na última década. E não se trata de exemplos isolados, uma vez que a situação é recorrente em todo o Estado do Amazonas e, quiçá, na região norte como um todo.

Do ponto de vista legal, a destruição dos sítios arqueológicos Nova Cidade e Lajes

constituem-se em uma violação da legislação patrimonial. Caberia, por um lado, avaliar em que medida há eficiência das instituições responsáveis ligadas ao Poder Público, especialmente o IPHAN regional, na preservação dos sítios através da fiscalização do andamento das obras e da rígida execução dos parâmetros legais aos quais os empreendimentos – públicos ou privados – estão subordinados. Uma das iniciativas bem sucedidas tomadas pelo Instituto foi o Curso de Capacitação em Gestão do Patrimônio, ocorrido no ano de 2009 com a função de sensibilizar os gestores públicos às questões relativas ao patrimônio arqueológico. Estas iniciativas, no entanto, deveriam possuir um caráter contínuo, assim como o estabelecimento de programas permanentes de educação patrimonial nas escolas municipais e estaduais.

A importância social de projetos com as dimensões e a amplitude do Conjunto Habitacional Nova Cidade e do Programa Água para Manaus é indiscutível. É somente através desse tipo de iniciativa que grande parte da população mais carente da cidade de Manaus poderá estar mais próxima de exercer seus plenos direitos de cidadania. No entanto, quando nos referimos à cidadania também estão inclusos os direitos de conhecer e usufruir de um patrimônio cultural público.

Faz-se importante deixar claro que nossa proposta, com o presente artigo, tem como finalidade colocar em pauta o modo como tem sido tratado o patrimônio cultural da cidade de Manaus, bem como do Estado do Amazonas e, em última instância, nacional. Colocamos em questão, também, a própria responsabilidade ética dos arqueólogos e da sociedade como um todo ao servirem de agentes para a fiscalização e preservação dos sítios arqueológicos ao cobrarem das autoridades o cumprimento das leis estabelecidas. Entendemos que a importância social desses projetos não se encerra apenas na garantia de serviços básicos de in-

fra-estruturas para uma parcela da população que os necessita, mas também garantir a esta mesma população o acesso à sua própria história. História essa que não pode ser contada somente por meio de seus ciclos econômicos recentes, mas na constituição do passado e presente daquele lugar, como um todo.

Neste sentido, acreditamos ser possível transformar estas situações em algo positivo na medida em que se reflita sobre o modo como a situação foi inicialmente tratada, e, principalmente, em como elas serão encaminhadas a partir de agora. Do nosso ponto de vista, esta pode ser uma oportunidade de colocar o patrimônio arqueológico da cidade em discussão – tanto com a administração pública quanto com os verdadeiros donos deste patrimônio: a sociedade civil e aqueles que a compõem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROYO-KALIN, M.; NEVES, E.; WODS, W. 2009. Anthropogenic Dark Earths of the Central Amazon Region: Remarks on their Evolution and Polygenetic Composition. In: WI WOODS et al., (Org.). *Amazonian Dark Earths: Wim Sombroek's Vision*. New York: Springer, p. 99-125.
- CARNEIRO, C.; NEVES, E.; ALMEIDA, F.; PARENTE, M. 2008. Programa de Educação Patrimonial do Levantamento Arqueológico do Gasoduto Coari-Manaus - Guia Temático. Material didático-instrucional.
- COSTA, F. 2009. Arqueologia das campinaranas do baixo rio Negro: em busca dos pré-ceramistas nos areais da Amazônia Central. Tese de Doutorado. Museu de Arqueologia e Etnologia da USP.
- COSTA, F.; LIMA, H. 2006. Levantamento Arqueológico no Município de Manaus. Relatório encaminhado ao IPHAN, 1ª Superintendência Regional - Manaus.
- DONATTI, P. 2005. A ocupação pré-colonial da área do lago Grande, Iranduba, AM. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- FRANZINETTI, E.; IGREJA, H. 2009. Proposta de Sítio Geológico ou PaleoBiológico do Brasil a ser Preservado como Patrimônio Natural da Humanidade. in http://www.ig.unb.br/sigep/propostas/Ponta_das_Lajes_AM.htm
- HILBERT, P. 1968. *Archäologische Untersuchungen am Mittlern Amazonas*. Berlin: Dietrich Reimer Verlag, 1968.
- LIMA, H. 2008. História das Caretas: a Tradição Borda Incisa na Amazônia Central. Tese de Doutorado (arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.
- LIMA, H.; NEVES, E.; PETERSEN, J. 2006. A Fase Açutuba: Um Novo Complexo Cerâmico na Amazônia Central. IN: *Arqueologia Suramericana*. Popayan - Colômbia, v. 2, n. 1, p. 26-52.
- LIMA, H.; MORAES, B. 2010. Avaliação de Impacto, Delimitação e Resgate Emergencial no Sítio Lajes - AM-MA-01. Relatório Final, encaminhado ao IPHAN, Superintendência do Amazonas. Manaus, 2010.
- LIRA, F. 2009. Estudo Arqueológico Preventivo (EAP) para a implantação das estruturas responsáveis pela captação de água bruta pelo Programa de Ampliação do Abastecimento de Águas de Manaus (PROAMA). Relatório encaminhado ao IPHAN 1ª Superintendência Regional. Manaus.
- MACHADO, J. 2005. A formação de montículos artificiais: um estudo de caso no sítio Hatahara, Amazonas. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- MARCOY, P. 2001. Viagem Pelo Rio Amazonas. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas-EDUA.
- MARTINIANO, J.; FILIPPINI, M. 2006. Praça D. Pedro II: Memórias de um Patrimônio. In:http://www.revistas.uea.edu.br/old/abore/comunicacao/comunicacao_pesq/Jhonathan%20Martiniano.pdf.
- MEGGERS, B.; EVANS, C. 1961. An experimental Formulation of Horizon Styles in the Tropical Forest Area of South America. In: Lothrop, Samuel. (Ed.). *Essays in Precolumbian Art and Archaeology*. Cambridge: Harvard University. p. 372-388.
- MEGGERS, B.; EVANS, C. 1985. Lowland South America and the Antilles. In: JENNINGS, Jesse. (Ed.) *Ancient South Americans*. São Francisco: W.H. Freeman. p. 287-335.
- MORAES, C. 2007. Levantamento arqueológico das áreas de entorno do Lago do Limão, município de Iranduba - AM. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- NEVES, E. 2009. Warfare in Pre-Colonial Amazonia: When Carneiro Meets Clastres. In: Axel Nilsen; William Walker. (Org.). *Warfare in Cultural Context: Practice Theory and the Archaeology of Violence*. Tucson: University of Arizona Press. p. 139-164.
- NEVES, E. 2008a. Ecology, Ceramic Chronology and Distribution, Long-Term History and Political Change in the Amazonian Floodplain. In: Helaine Silvermann; William Isbell. (Org.). *Handbook of South American Archaeology*. New York: Springer, p. 359-379.
- NEVES, E. 2008b. Cronologias Regionais, Hiatos e Continuidades na História Pré-Colonial da Amazônia. Relatório de Atividades Referente ao Projeto Temático - FAPESP. Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo: Universidade de São Paulo.

NEVES, E. 2003. Intervenção Arqueológica na Praça D. Pedro II. 1º Superintendência Regional/IPHAN - Manaus.

NEVES, E.; COSTA, F. 2001. Resgate Emergencial do Sítio Arqueológico Nova Cidade, Manaus-AM (Parte 1). Relatório encaminhado ao Ministério Público Federal e IPHAN 1ª Superintendência Regional. - Manaus.

NEVES, E.; COSTA, F., LIMA, H. 2004. Resgate Emergencial do Sítio Arqueológico Nova Cidade, Manaus-AM (Parte 2). Relatório encaminhado ao Ministério Público Federal e IPHAN 1ª Superintendência Regional - Manaus.

PENIN, A. 2010. Academia Contrato e Patrimônio: Visões Distintas da Mesma Disciplina. Tese de Doutorado (arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

PETERSEN, J.; NEVES, E.; HECKENBERGER, M. 2001. Gift from the past: Terra Preta and Prehistoric Amerindian Occupation in Amazonia, In: McEwan, Colin; Barreto, C.; Neves, E. (Eds.). *Unknown Amazon, Culture in Nature in Ancient Brazil*. London: British Museum, p. 86-107.

PORTOCARRERO, R. 2007. A variabilidade espacial no sítio Osvaldo: estudo de um assentamento da Tradição Barrancóide na Amazônia Central. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo: Universidade de São Paulo.

REBELLATO, L.; WOODS, W.; NEVES, E. 2009. Pre-Columbian Settlement Dynamics in the Central Amazon. In: WOODS, W. et al. (Org.). *Amazonian Dark Earths: Wim Sombroek's Vision*. New York: Springer, p. 15-31.

SILVA, C. 2000a. Resgate de Artefato Arqueológico Urna Funerária Localizada nas Obras da Garagem do Anexo da Assembléia Legislativa do Amazonas. Superintendência Regional/IPHAN - Manaus.

SILVA, C. 2000b. Resgate de Urna Arqueológica no Ramal do Puraquequara, pertencente a Comunidade União do Vegetal?. 1º Superintendência Regional/IPHAN - Manaus.

SILVA, C. 2001. Relatório de Atividade em Campo - Sítio Arqueológico Daisaku Ikeda, Manaus. 1º Superintendência Regional/IPHAN - Manaus..

SIMÕES, M. 1972. Índice das Fases Arqueológicas Brasileiras. Belém. Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, v. 18.

SIMÕES, M. 1974. Contribuição à arqueologia dos arredores do baixo Rio Negro. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas 5. Belém. Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, v. 26, p. 165-188.

SIMÕES, M.; Araújo-Costa. 1978. Áreas da Amazônia Legal Brasileira para pesquisa e cadastro de sítios arqueológicos. Belém, Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi. n. 30.

SOUZA, M. 2002. Projeto Integrado de Aproveitamento Turístico e Resgate da Memória Cultural da Catedral de Manaus, adendo ao Projeto de Restauração da Catedral Metropolitana de Manaus. Sub-Projeto: Prospecção Arqueológica da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e Seu Entorno. Relatório Técnico. Superintendência Regional/IPHAN - Manaus.

ZANETTINI, P. 2002. Projeto Arqueourbs - Arqueologia Urbana no Centro Histórico de Manaus. Relatório Técnico. Superintendência Regional/IPHAN - Manaus.